

Análise prévia de contratações

**BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO**

Nenhum órgão da administração pública, civil ou militar, poderá adotar medidas que impliquem aumento de despesas com pessoal, sem submeter o assunto a uma análise prévia do Ministério do Planejamento. É o que determina decreto assinado ontem pelo presidente José Sarney, para elevar o controle sobre os gastos públicos.

A análise de propostas que impliquem novos gastos com pessoal do setor público será feita pela Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF), do Ministério do Planejamento.

O órgão do governo que solicitar ao Ministério do Planejamento elevação de gastos com pessoal deverá: quantificar as nomeações ou contratações, especificando cargos, empregos ou funções de confiança e níveis, com os respectivos preços unitários e totais, mensais, e cronograma físico-financeiro de absorção do pessoal; especificar o acréscimo de despesa que possa decorrer da expansão física da mão-de-obra, em termos de necessidade de aquisição de mobiliário e equipamento.

Além de julgar o mérito da proposta de elevação dos gastos, podendo vetá-la caso entenda necessário, o Ministério do Planejamento ficará ainda encarregado de acompanhar a implantação das medidas que resultem na elevação dos gastos com pessoal.